



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CEAD – COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PRE 408 – PROJETO TICS NA PRÁTICA DOCENTE

AS TICS COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA
EDUCAÇÃO PRISIONAL: ESTUDO E INTERVENÇÃO NA
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS –
APAC DE VIÇOSA/MG

Bárbara de Paula Silva
Daiane Rita de Laia
João Pedro dos Anjos Paixão
Marina Ribeiro Marinho
Vanessa de Fátima Lopes Miranda

VIÇOSA – MG
JUNHO 2019

**BÁRBARA DE PAULA SILVA
DAIANE RITA DE LAIA
JOÃO PEDRO DOS ANJOS PAIXÃO
MARINA RIBEIRO MARINHO
VANESSA DE FÁTIMA LOPES MIRANDA**

**AS TICS COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA EDUCAÇÃO
PRISIONAL: ESTUDO E INTERVENÇÃO NA ASSOCIAÇÃO DE
PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – APAC DE
VIÇOSA/MG**

Relatório realizado como parte das exigências da disciplina PRE 408 – TICS na Prática Docente oferecida pela Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Viçosa, sob orientação das docentes Ana Iris, Luiza Carla Vidigal Castro, Silvane Guimarães Gomes e Tereza Angélica Bartolomeu, dos acadêmicos Bárbara de Paula Silva, Daiane Rita de Laia, João Pedro dos Anjos Paixão, Marina Ribeiro Marinho e Vanessa de Fátima Lopes Miranda.

VIÇOSA – MG

JUNHO 2019

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	METODOLOGIA.....	6
3.	PROBLEMA.....	7
4.	LEVANTAMENTO DE DADOS.....	8
5.	IDENTIFICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA.....	10
	5.1. História da APAC.....	11
	5.2. Objetivo.....	11
	5.3. Método.....	11
	5.4. Como constituir juridicamente uma APAC.....	12
	5.5. Passos para implantação e desenvolvimento da APAC.....	12
	5.6. Composição de uma comissão representativa que terá como objetivo criar a APAC.....	12
	5.7. Método APAC reduz reincidência criminal.....	13
	5.8. A organização do presídio de Viçosa.....	14
	5.9. Perfil dos alunos investigados.....	15
	5.10. Motivos que os levaram a buscar o ensino dentro do presídio.....	17
	5.11. Expectativas de futuro após a conclusão da pena.....	18
6.	PROPOSTA DE SOLUÇÃO.....	19
7.	APLICAÇÃO DE SOLUÇÃO.....	21
8.	AVALIAÇÃO DE SOLUÇÃO.....	31
9.	CONCLUSÃO.....	34
10.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca demonstrar a importância das TICS como ferramenta metodológica para educação prisional, visto que a troca de informações, o envio e recebimento de documentos antes transitados via correios, agora pode se dar pela internet. O tema abordado busca entender como é oferecida a educação para as pessoas que estão em privação de liberdade na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

A prisão surgiu no fim do Século XVIII e princípio do Século XIX com o objetivo de servir como peça de punição. A criação de uma nova legislação para definir o poder de punir como uma função geral da sociedade, exercida da forma igual sobre todos os seus membros. Foucault (1987) diz que a prisão se fundamenta na “privação de liberdade”, salientando que esta liberdade é um bem pertencente a todos da mesma maneira, perdê-la tem, dessa maneira, o mesmo preço para todos, “melhor que a multa, ela é o castigo”, permitindo a quantificação da pena segundo a variável do tempo: “Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima a sociedade inteira” (FOUCAULT 1987, p. 196).

Sabe-se que é direito do preso ter acesso à educação mesmo estando em privação de liberdade. Tais assuntos envolvem muitas polêmicas e dificuldades, mas a garantia do direito à educação é lei, independente de como o ser humano se encontra. A lei deixa bem claro que é pressuposto da ressocialização do condenado a sua individualização, a fim de que possa ser dado a ele o tratamento penal adequado.

Porém, sabe-se que na prática não existe a reeducação do egresso como se almeja, porque a principal preocupação do sistema penitenciário ao receber um indivíduo condenado não é a sua reeducação, mas sim a privação de sua liberdade, o que não é justo se levar em conta os direitos humanos que o preso como ser humano têm direito.

Tanto no Brasil como em outros países, estima-se que menos de um terço da população privada de liberdade no planeta tenha acesso a algum tipo de atividade educativa no ambiente prisional o que, em grande parte, não significa o acesso à educação formal. São várias informações e análises de diversas apontam sobre a precariedade do atendimento educacional no sistema prisional brasileiro que desde muito tempo enfrenta graves problemas de acesso e de qualidade marcados pela falta de profissionais de educação, projeto pedagógico, infraestrutura, formação continuada, materiais didáticos e de apoio; descontinuidade; resistências de agentes e direções de unidades prisionais; desarticulação entre organismos do Estado, falta de planejamento e políticas de estado,

baixo investimento financeiro, inexistência de diagnósticos precisos, dentre vários outros.

No entanto, não deve-se parar com projetos, programas e pesquisas que possam ajudar essas pessoas. Deve-se investir em tecnologia de educação para os encarcerados, procurando sempre buscar o que é melhor para todos. Seja através de aulas de informática, com cursos online educativos que possam ajuda-los enquanto eles ficam em privação de liberdade, de forma que eles não possam prejudicar ninguém que está em liberdade, dentre várias outras formas que se tem de usufruir da tecnologia. Além disso, é de suma importância salientar que os educadores prisionais devem ser qualificados, com uma formação específica, especializada, para melhor atuar e conviver com os apenados, pois não podemos esquecer que são seres humanos fragilizados, marginalizados e que estão entre as grades por uma questão de exclusão da sociedade.

2. METODOLOGIA

Como método investigativo, usamos a coleta de dados através de visitas, conversas e também do questionário (Ver em PROPOSTA DE SOLUÇÃO) que foi aplicado aos indivíduos em situação de privação de liberdade na Associação de Proteção e Assistência aos condenados (APAC) que cursam o ensino superior na cidade de Viçosa-MG, no ano de 2019, juntamente com a ajuda do encarregado administrativo Ederaldo, pois a coordenadora e presidente Luzia Marta Rodrigues e a Mirian, responsável pela escola estavam não presentes nos momentos da coleta. O questionário foi necessário para o levantamento de dados sobre os cidadãos e suas experiências com o ensino superior a distância.

Nos embasamos, teórica e conceitualmente, aos projetos e leituras atuais de ressocialização do detento que visam para além de sua funcionalidade profissionalizante, mas também a sua noção de seu *status quo*, da sociedade e da realidade que estão e que, no futuro, estarão inseridos.

O método utilizado como pedagogia de inserção foram as vídeo-aulas, com o uso da lousa digital e do tutorial. A partir da demanda proferida em discussões iniciais com os indivíduos em situação de privação de liberdade, desenvolvemos o conteúdo de escrita acadêmica. Os recursos utilizados, para além do tempo e esforço do grupo, foram os aparatos tecnológicos fornecidos pelo CEAD (câmera, computadores, lousa digital, gravadores, microfones, fones de ouvido e toda estrutura necessária para gravação e edição de vídeo) e o labor de Timóteo e Zito, técnicos em multimídia do CEAD – Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância – UFV.

3. PROBLEMA

O uso das TICS como ferramenta metodológica é possível e viável na educação e posterior ressocialização das pessoas em situação de privação de liberdade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Viçosa - MG?

4. LEVANTAMENTO DE DADOS

O presente estudo foi desenvolvido na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) na cidade de Viçosa – MG. Para a realização desse trabalho foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica, em artigos e revistas, afim de conhecer os estudos com a mesma abordagem do nosso trabalho.

Levando em consideração todas as dificuldades e objetivos a serem alcançados, além de todos artigos e pesquisas realizadas, resolvemos investigar um pouco sobre o que poderíamos abordar ao longo do trabalho. Primeiramente pensamos em visitar a APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados e também o presídio de Viçosa – MG para saber como é o funcionamento da Escola Estadual Professor Cid Batista (EJA), que recursos eles usam, quais tecnologias possuem, qual o conteúdo abordado, quem tem direito à estudar, qual a diferença entre a APAC e o presídio de Viçosa, dentre vários outros questionamentos. Nosso objetivo é ajudar as pessoas em privação de liberdade em suas dificuldades, inserindo o uso das TICS.

O nosso maior problema foi conseguir o contato com a APAC e o presídio. Por telefone não tivemos retorno, pessoalmente tivemos dificuldade, foram várias tentativas de contato que só tiveram sucesso com a professora da disciplina PRE – 408, Silvana. Além disso, nossos encontros ficaram cada vez mais difíceis pelo fato de sermos de cursos distintos da Universidade Federal de Viçosa e possuir horários bem diferentes um dos outros. O contato com o presídio, não foi realizado, uma vez a segurança dos visitantes e detentos é prioridade e as informações que tivemos foi que estavam com dificuldades em relação a isso, por falta de pessoal. Mas logo conseguimos agendar uma visita na APAC e conseguimos alguns dados e informações que estávamos precisando para o andamento do projeto e ficamos com o enfoque da pesquisa voltado unicamente para a APAC. Lá, prosseguimos com o recorte que desejávamos desde o começo do projeto, de trabalhar somente com alunos que cursam o ensino superior. Na APAC, temos seis alunos, todos cursando EAD.

Depois da visita e entrevista com os alunos e o encarregado administrativo da APAC, Ederaldo, nos foi revelado a dificuldade no inglês e domínio das normas da ABNT nos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso e a falta de profissionais para explicá-los sobre determinado assunto. Decidimos então realizar uma aula piloto sobre as estratégias de escrita acadêmica, e com isso iremos produzir um vídeo-aula de reforço explicando sobre escrita acadêmica, e ensinado o uso correto nas produções acadêmicas dos alunos. Além do vídeo, também disponibilizaremos slides que auxiliam a vídeo aula.

A partir da entrevista com as pessoas em privação de liberdade e com o encarregado administrativo da APAC, o Ederaldo, e também nas rodas de conversas com os detentos, podemos observar as dificuldades que eles possuem em relação ao uso das normas da ABNT para confecção do trabalho de conclusão de curso e precisam dominar o seu uso para produzir seus trabalhos acadêmicos. Além disso, eles também alegam que falta profissionais capacitados para explicar os conteúdos dos respectivos cursos deles. É importante ressaltar que, dos 97 reclusos, sendo 45 alunos na APAC, 6 deles cursam o ensino superior a distância. Dentre os 6 detentos, 5 deles se encontram no regime fechado e 1 se encontra no regime semiaberto.

Visto que existe uma facilidade de se encontrar informações acerca do uso correto das normas, o uso das tecnologias como o recurso de pesquisa do Google, e também do Google Acadêmico facilitaria a produção de trabalhos desses detentos e conseqüentemente o aumento de seu desempenho acadêmico.

5. IDENTIFICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA

Apesar de ser muito importante ter uma educação para jovens e adultos em privação de liberdade, ainda é um direito contemplado muito recentemente. Apenas em março de 2005 o Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), envolveu-se em ação integrada com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o objetivo de desenvolver projetos educativos voltados para esta comunidade.

A educação penitenciária vem sendo implementada de acordo com as políticas dos governos estaduais, devido à falta de orientação do Ministério da Educação. A educação é um elemento de transformação, de ressocialização dos indivíduos que se encontram em situação de privação de liberdade, mas não podemos deixar de mencionar as dúvidas existentes no Brasil sobre a educabilidade de pessoas em privação de liberdade, quanto à efetividade da educação fazer parte de uma probabilidade de transformação dessas pessoas em situação de privação de liberdade.

A escolarização de Jovens e Adultos está assegurada desde a Constituição de 1824. A Educação de Jovens e Adultos estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), não incluem jovens e adultos em privação de liberdade de forma explícita. E embora a escolarização desse grupo tivesse assegurada desde a constituição de 1824, somente no final de 1940 se constituiu como objeto de políticas educacionais.

De 1940 a 2005, nenhuma ação empreendida pelo governo federal sobre o EJA chegou as prisões por orientação do Ministério da Educação, e de acordo com dados do Ministério da Justiça, ainda que existisse demanda, poucos detentos estudam no sistema penitenciário nacional.

Com pouca orientação nacional sobre a implementação da educação escolar nas prisões, as iniciativas são dadas pelo governo estadual que as organizam com completa autonomia, pela falta de regras ou parâmetros. De acordo com uma pesquisa levantada em 2008, apenas Tocantins e Espírito Santo afirmaram não oferecer Ensino Fundamental nas prisões. Há ensino médio nas prisões do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Acre; em São Paulo e Goiás este nível é feito através de exames de certificação.

5.1. História da APAC

A APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Amparada pela Constituição Federal para atuar nos presídios, possui seu Estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal.

A APAC opera como entidade auxiliar do poder Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

5.2. Objetivo

O objetivo da APAC é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar.

5.3. Método

O trabalho da APAC dispõe de um método de valorização humana, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se. Busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas. A principal diferença entre a APAC e o sistema carcerário comum é que, na APAC, os presos (chamados de recuperandos pelo método) são corresponsáveis pela recuperação deles, além de receberem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais e agentes penitenciários. Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade. A metodologia APAC fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é também uma importante diferença no método APAC. Um outro destaque, refere-se à municipalização da execução penal, ou seja, o condenado cumpre a sua pena em presídio de pequeno porte, com capacidade para, em média, 100 (cem) recuperandos, dando preferência para que o preso permaneça na sua terra natal e/ou onde reside sua família.

5.4. Como constituir juridicamente uma APAC

Unir os segmentos sociais interessados em participar do projeto, formalizando a comissão que terá como objetivo criar a Associação. Criar a associação na comarca ou município. Os responsáveis pela associação deverão também apresentar ao cartório para registro: estatuto aprovado, ata da Assembleia Geral da fundação da entidade, ata de aprovação do estatuto e ata da eleição de sua diretoria. A associação deverá providenciar o CNPJ junto ao Ministério da Fazenda (Receita Federal). Obter o atestado de utilidade pública municipal – CMAS. Recomenda-se a obtenção dos atestados de utilidade pública estadual e federal e os certificados de filantropia emitidos pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social, para fins de convênio.

5.5. Passos para implantação e desenvolvimento da APAC

Realização de audiência pública na comarca feita pelo coordenador do Projeto Novos Rumos, Desembargador Joaquim Alves de Andrade ou outro membro da Equipe do Novos Rumos, ocasião em que é abordada a metodologia APAC. Nessa audiência, é importante convidar os principais segmentos sociais representativos da comunidade (judiciário local, ministério público local, executivo e legislativo municipal, polícias militar e civil, clubes de serviço, associações comunitárias, ONG's, instituições religiosas, instituições educacionais, empresas privadas, entidades de classe, etc.) com a finalidade de mobilizar e sensibilizar os participantes sobre a necessidade de a sociedade civil se envolver e se sentir corresponsável na questão da execução penal, e consequente, na ressocialização do condenado. Contato com o Tribunal de Justiça – Projeto Novos Rumos: (31) 3237-6920 e 3237-6878.

5.6. Composição de uma comissão representativa que terá como objetivo criar a APAC

Visita dessa comissão à APAC de Itaúna (MG), referência nacional e internacional na recuperação e ressocialização de condenados ou em outra APAC mais próxima, que esteja em atividade. Realização de seminário de estudos sobre o Método APAC para a comunidade, com o objetivo de recrutar voluntários, através de promoção da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC e Projeto Novos Rumos na Execução Penal. Criação de equipe de voluntários, através de palestras de motivação e de cursos permanentes de formação de voluntários e de estudo do método.

Formação de parcerias: prefeitura municipal, SEDS, fundações, institutos, empresas privadas, entidades educacionais, religiosas, etc.

5.7. Método APAC reduz reincidência criminal

Países como Estados Unidos, Nova Zelândia e Noruega já adotaram um modelo carcerário que, criado em São Paulo e expandido em Minas Gerais, humaniza as prisões, oferece oportunidades de reinserção social e tem se mostrado, pelo menos no Brasil, eficaz na redução da reincidência criminal. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) estima em 15% a reincidência entre os egressos de unidades que adotam esse modelo, chamado APAC, e em 70% entre os demais.

APAC significa Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Essa sigla dá nome às unidades que adotam um método baseado na corresponsabilidade dos detentos (chamados recuperandos) pela sua recuperação e na assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica, prestada pelas comunidades onde se situam. O estímulo à adoção desse método é, ao lado da execução do Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um dos princípios do Programa Novos Rumos, política do TJMG voltada à reinserção social de detentos e egressos do sistema carcerário. As APACs são entidades civis de direito privado, com personalidade jurídica própria, responsáveis pela administração de Centros de Reintegração Social. Elas operam como parceiras dos poderes Judiciário e Executivo na execução penal e na administração das penas privativas de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto e aberto. Existem cerca de 150 APACs juridicamente organizadas em todo o território nacional, algumas funcionando sem a presença da polícia ou de agentes armados. Filiadas à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), que as coordena e as fiscaliza, as APACs são mantidas com contribuições de seus sócios, de promoções sociais, doações, parcerias e convênios com o Poder Público e a sociedade civil. As APACs não cobram para receber ou ajudar os condenados, independentemente do tipo de crime e dos anos de condenação.

A metodologia APAC é composta por 12 elementos: participação da comunidade; ajuda mútua entre recuperandos; trabalho; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; família; formação de voluntários; implantação de centros de reintegração social; observação minuciosa do comportamento do recuperando, para fins de progressão do regime penal; e a Jornada de Libertação com Cristo, considerada o ponto alto da metodologia e que consiste em palestras, meditações e testemunho dos recuperandos. Para difundir ainda mais essa mentalidade, o TJMG lançou uma nova edição da Cartilha e do folder do Programa Novos Rumos. As publicações trazem informações e orientações para

as comarcas que já possuem ou pretendem implantar o método Apac. Além da versão impressa, os interessados podem acessar a cartilha em formato eletrônico, por meio do link:

http://www.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_apac.pdf, no site do TJMG.

“O objetivo da APAC é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar”, diz um trecho da cartilha *Jorge Vasconcellos - Agência CNJ de Notícias*.

5.8. A organização do presídio de Viçosa

O Presídio de Viçosa, teoricamente, deveria abrigar apenas os presos que ainda não tivessem sido condenados, pois se trata de um local provisório, ou seja, eles deveriam ficar lá apenas até o momento em que recebessem a sentença. Após isto, eles deveriam ser encaminhados às penitenciárias. Porém, devido à escassez de vagas no sistema penitenciário, causada pela superlotação, este deixou de ser provisório, e tomou-se permanente. O presídio possui dezesseis celas e abriga a 180 presos no total. Destes, apenas 35 estudam, sendo a idade média de 27 anos. Na escola do presídio, são oferecidos o ensino fundamental, sendo que nos anos iniciais, há uma turma, e nos anos finais, há três turmas; e o ensino médio, com uma turma. Ao todo, portanto, são cinco turmas. O atendimento máximo por turma pode ser de 10 alunos. Funcionam duas turmas no turno da manhã, com aulas das 8h30min às 11h30min e três turmas no turno da tarde, com aulas das 13h30min às 16h30min. Cada aula tem duração de 45 minutos, totalizando 3 horas diárias.

O corpo docente da escola do presídio é composto por quinze professores, sendo parte destes professores de disciplinas específicas, já que também são oferecidos o segundo segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O emprego é por designação. Para ser professor nesta instituição, ocorre uma investigação da vida pessoal do profissional. Assim, o indivíduo não pode ter passagem, nem ter parentes próximos presos, além de estar em dia com suas obrigações enquanto cidadão. A matriz curricular da escola é diferenciada, semelhante à matriz curricular da EJA, sendo esta semestral. No planejamento, são utilizados livros didáticos específicos para a modalidade de EJA. O único momento de estudo existente é o que ocorre dentro da sala de aula, não sendo permitido estudar dentro das celas.

O professor fica dentro da sala de aula com os alunos e, do lado de fora da sala, fica um agente olhando por uma pequena janela que há na porta. Ele apenas faz intervenções caso veja alguma atitude suspeita. Não é possível fazer rodas de estudo, pois os presos não

podem ficar de costas para o agente penitenciário, e nem ter muito contato com os outros presidiários. Cada sala de aula possui 22m². O professor é totalmente responsável por todo material que entra e sai da sala de aula. No que diz respeito à remissão, a cada doze horas de aula, ou seja, a cada três dias de aula, o presidiário recebe um dia de remissão. Já no trabalho, é preciso que eles trabalhem três dias, por seis horas, para ganhar um dia de remissão. No entanto, segundo o coordenador de segurança, mesmo tendo que trabalhar mais tempo do que estudar para receber um dia de remissão, os presidiários possuem preferência em trabalhar.

5.9. Perfil dos alunos investigados

Os alunos que responderam as entrevistas são estudantes e ex-estudantes da 4^a, 5^a, 7^a e 8^o série do Ensino Fundamental da escola prisional e possuem idade entre 18 e 48 anos. Foi possível constatar que os jovens representam a maioria dos encarcerados e essa realidade transparece nos indivíduos que a implicação-mais relevante, segundo os presidiários, é o afastamento dos familiares, pois a distância dos entes queridos, para eles é uma questão difícil. Dentre as pessoas que afirmaram sentir mais falta estão os filhos, pais, e parceiros. Relataram, em suas respostas, que se sentem tristes por não poderem estar presentes em momentos especiais, datas comemorativas e no crescimento dos filhos. O afastamento dos familiares pode ocorrer devido a privação de liberdade, mas também pelo abandono, às vezes, por não aceitarem o delito cometido pelo presidiário, ou até por não quererem se submeter às visitas ao presídio.

Após o afastamento dos familiares, o julgamento da sociedade aparece em segundo lugar nas implicações causada pela exclusão. Na maioria das vezes, a sociedade acredita que o presidiário não é capaz de se recuperar, e pensa que ele não pode se reintegrar à sociedade. Devido a essa incapacidade de mudança, ele é visto como um criminoso que oferece risco à população. Além de pessoas desconhecidas, a família, muitas vezes, julga o indivíduo que está ou que já foi preso. Uma das implicações também citadas foi ao que se refere ao divórcio ou separação. Muitos afirmam terem sido abandonados pelas esposas ou parceiras. Segundo eles, esse abandono ocorre devido à distância, a não aceitação do crime cometido, ou ao tempo de pena que deverá ser cumprido. Quando esse tempo é longo, as companheiras não se submetem a tamanha espera.

Ainda, alguns citaram que uma das implicações geradas pela reclusão é nunca terem tido oportunidade de se tomarem um profissional, pois alguns estão no presídio desde muito jovens e, por isso, não tiveram oportunidade de trabalhar. Também há os que dizem não

terem tido oportunidade de trabalhar honestamente e optaram pelo outro lado. Alguns presidiários "disseram que acreditam que enfrentarão muita dificuldade para conseguir emprego após a conclusão da pena,

Foi também considerada uma implicação a privação de liberdade. Inicialmente, não foi associada muita importância ao ler tal relato, pois sabemos que a privação de liberdade é uma consequência da prisão e condição do presídio. No entanto, após uma reflexão, podemos concluir que realmente a privação de liberdade é a pior consequência da prisão, pois é a partir dela, que todas as outras consequências surgem. A partir do momento em que ocorre a privação da liberdade, ocorre também o afastamento dos familiares, o julgamento da sociedade, a separação e o divórcio, a dificuldade de se empregar novamente e a dificuldade em constituir uma família.

Além dos questionários aplicados aos alunos e ex-alunos, também foram entrevistados cinco professores da escola prisional. Quando questionados sobre as implicações causadas pela reclusão, a opinião sobre o assunto foi diversificada. Três deles afirmaram ser o que a maioria dos alunos também afirmaram: a distância entre eles e a família, a solidão em que estes se encontram, o que futuramente acaba acarretando um estado depressivo, e a preocupação com o que está acontecendo fora do presídio, e principalmente em como estão seus familiares. Para um outro professor, a reclusão do indivíduo faz com que, posteriormente, ele acabe voltando para a criminalidade, pois já retorna para a sociedade do excluído, com o pensamento de que ele não é capaz.

Também um dos professores disse acreditar que a reclusão do presidiário acarreta muito preconceito em sua vida, tendo em vista que, após serem soltos, a sociedade continuará tratando-os como marginais, como alguém que oferece perigo. Eles já pagaram pelo delito cometido, mas as pessoas não enxergam dessa forma. Dessa forma, foi possível perceber que a maioria dos professores acreditam que a distância entre os presidiários e suas famílias é a principal implicação da reclusão na vida do presidiário.

5.10. Motivos que os levaram a buscar o ensino dentro do presídio

Em relação aos motivos que levaram os presidiários a buscarem o ensino estando privados de liberdade, em primeiro lugar, aparece o conhecimento. Inicialmente, parece o motivo mais óbvio, pois o foco principal quando pensamos nos estudos é a obtenção de conhecimento. Porém, isso não se refere ao contexto do presídio, principalmente no olhar dos professores, que acreditam ser a remissão o principal motivo para que busquem os estudos no interior de presídio. Em segundo lugar, foi citado como motivo a melhoria e a

mudança de vida. Sabemos que a educação modifica o indivíduo, e dessa forma, eles a enxergam como uma ferramenta para auxiliar nessa mudança.

Terminar os estudos dentro do presídio aparece como terceiro motivo para buscarem o ensino no ambiente prisional. Como a maioria dos presidiários possuem baixa escolaridade, alguns tiveram que abandonar os estudos por motivos diversos. Dessa forma, enxergam a possibilidade de estudar no presídio como uma oportunidade que deve ser aproveitada. Em seguida, alguns disseram que quiseram estudar simplesmente para ocupar a mente e passar o tempo. A ociosidade no presídio é um fator que incomoda a maioria dos presidiários. Dessa forma, eles buscam maneiras de ocupar o tempo dentro dessa situação. Alguns optam por trabalhar, já outros por estudar. Também sabemos que é de extrema importância manter a mente ocupada, principalmente em um ambiente como o sistema prisional. Assim, mantendo a mente ocupada, os presidiários acreditam que o tempo passa mais rápido e também deixam de ter muito tempo livre para se envolver com coisas que não deveriam.

Ao perguntar aos professores sobre as dificuldades que eles acreditam que os alunos possam ter para estudar na escola do presídio alguns disseram que é a rotatividade dos presos, que não vêm desistência destes enquanto estão no presídio, mas devido a conclusão da pena ou quando deixam de estudar para trabalhar. Já para um segundo professor, eles são tomados pelo desestímulo, muitas vezes causado pela extensa pena que lhes foi dada para ser cumprida. Assim, acabam deixando o início dos estudos para mais tarde, já que terão que passar um bom tempo no presídio. A depressão aparece na fala dos professores como um dos motivos que levam-nos a desistirem dos estudos. Também como motivo aparece a desmotivação pessoal. Segundo um dos professores, os alunos não acreditam em sua capacidade e não reconhecem o estudo como algo importante para seu desenvolvimento.

5.11. Expectativas de futuro após a conclusão da pena

Ao serem questionados sobre as expectativas de futuro após o cumprimento da pena, em primeiro lugar, apontaram o trabalho. Muitos pensam em, após o cumprimento de suas penas, começar a trabalhar de forma honesta. O desejo de mudar de vida veio em seguida, o que nos remete a refletir sobre o papel da prisão, que é o de ressocializar o indivíduo. A partir do momento em que eles começam a refletir e entendem que é necessário a mudança de vida, podemos dizer que a privação de liberdade os auxiliou a identificar seus erros e a se conscientizarem de que é preciso mudar. Outra expectativa citada foi a de

continuar os estudos. Eles pretendem terminar os estudos e fazer um curso superior. Ou seja, os estudos dentro do presídio resgatam a vontade de continuarem seus estudos.

Quando questionamos sobre as implicações que a reclusão gerou na vida dos presidiários, em primeiro lugar eles citaram o afastamento dos familiares. E quando perguntamos sobre as expectativas de vida após serem soltos, eles responderam que seria restabelecer o convívio familiar, recuperando o tempo perdido e reconquistando a confiança e os sentimentos dos familiares. Em penúltimo lugar, a expectativa de dois dos questionados é a de se reintegrar à sociedade. Como o preconceito reina na vida dos ex-presidiários, eles pretendem fazer diferente e mostrar que são capazes de serem reinseridos e de mudarem suas atitudes. Por fim, dois dos presidiários disseram não terem nenhuma expectativa de futuro, pois estando no presídio, eles perderam as esperanças e a vontade de fazer e ser algo diferente.

6. PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Como proposta para ajudar as pessoas que se encontram em privação de liberdade na APAC, e levando em consideração as dificuldades por eles apresentadas, resolvemos gravar vídeo-aulas, como já dito anteriormente, uma aula de reforço explicando sobre escrita acadêmica e ensinado o uso correto das normas da ABNT que vão servir de suporte para eles, suprimindo assim um pouco da demanda de cada um. Segue APLICAÇÃO DE SOLUÇÃO o conteúdo da vídeo aula em forma de slides.

Além do vídeo aula para os detentos, iremos aplicar um questionário para aferirmos se realmente eles acham que os conteúdos desenvolvidos pelas TICS são viáveis para eles ou não. A partir do questionário vamos obter, também, informações com relação aos cursos eles fazem, experiências com o EAD, etc. Segue abaixo o modelo do questionário:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PRE 408 – PROJETO TICS NA PRÁTICA DOCENTE
QUESTIONÁRIO APLICADO PARA A DISCIPLINA PRE 408

1. Faixa etária (anos)

() 20-30 () 30-40 () 40-50 () +50

2. Escreva nas linhas a seguir qual curso você faz e o nome da faculdade a distância:

3. Como vem sendo a sua experiência pessoal com o curso à distância até então? É bom, ruim, mais difícil ou fácil do que imaginava?

4. O seu curso a distância particular é pago com a ajuda de alguém, alguma instituição ou ONG ou por você mesmo?

5. Quais recursos tecnológicos de informação e comunicação (plataforma de ensino, vídeo-aulas, Google Acadêmico, *slides*, busca *online* etc) você possui quando vai fazer uma pesquisa? Eles são suficientes e satisfatórios, ou você tem dificuldades?

6. Quando você acessa à internet, existe alguma forma de monitoramento ou restrição *online*?

7. Nos momentos de pesquisa individual, quais exemplos de sites você poderia acessar na construção de seu TCC, por exemplo? A limitação do acesso te prejudica nesses momentos ou não?

8. Quando você vai estudar, de quais materiais você usa? Como você os obtém? (Neste caso, não precisam ser só os digitais)

9. Como é o seu ambiente de estudo? Os horários, as salas, os equipamentos são satisfatórios ou você se sente defasado de alguma maneira?

10. Por que você escolheu o ensino a distância ao invés do presencial?

Também foi diagnosticado uma carência na comunicação virtual da APAC, e em conversa com o corpo administrativo da associação eles nos informaram da demanda do Estado da criação de um site, então nos propusemos construir um endereço virtual futuramente como parte da intervenção tecnológica.

7. APLICAÇÃO DE SOLUÇÃO

Talvez não como toda a solução, mas o início de uma intervenção, aplicaremos as vídeo-aulas construídas com a ajuda do pessoal e aparato técnico do CEAD – Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância. Como resultado, criamos uma vídeo-aula piloto, de duas etapas, utilizando os instrumentos metodológicos da lousa digital para o conteúdo discursivo e o tutorial para o conteúdo prático e normativo.

Introdução as normas da Escrita Acadêmica

Slide 1

Conhecimento Científico Vs. Popular

- O conhecimento científico é um tipo de conhecimento sobre determinado fenômeno que foi estudado e analisado por meio de **métodos, procedimentos e técnicas**. Esse, no entanto, não é o único tipo de conhecimento existente.
- O conhecimento popular, ou ainda **senso comum**, é um tipo de conhecimento que tem como base as **experiências pessoais** e é **transmitido de geração para geração**. Por isso, o conhecimento popular é carregado de valores e, como é adquirido de forma espontânea, tende a ser superficial, subjetivo, acrítico e assistemático.

Slide 2

Para a construção do Texto:

- É necessária certa formalidade e rigor científico no texto, de modo que gírias, coloquialismos, senso-comum, “chavões”, subjetividades e emoções pessoais não apareçam no texto.
- A redação também deve ser precisa, ou seja, direto ao ponto que se quer fazer, sem preâmbulos desnecessários.
- Diferentemente do que muitos podem pensar, a escrita acadêmica não deve ser chata, confusa, nem obscura. Ao contrário: quanto mais claro for o sentido do texto, melhor para o(a) leitor(a). Assim, sua redação deve primar por linguagem acessível e com um sentido único
- A redação também deve ser precisa, ou seja, direto ao ponto que se quer fazer

Slide 3

O TCC

- O Trabalho de Conclusão de Curso é uma produção acadêmica, de caráter obrigatório para a obtenção do diploma de cursos de graduação e/ou pós-graduação , em nível de especialização e cursos técnicos. Este instrumento é elaborado em forma de dissertação e tem por objetivo promover oportunidades para o estudante ter iniciação ao pensamento e práticas científicas. A elaboração do TCC varia muito, pois reflete a filosofia de formação pedagógica de cada curso. É considerado pela legislação brasileira como um trabalho individual a ser entregue, geralmente, no final da formação, para demonstrar que o aluno conseguiu sistematizar os conhecimento e práticas desenvolvidas durante sua formação.

Slide 4

Para a Construção de Um TCC

- Estruturas Pré-Textuais
- Estruturas Textuais
- Estrutura Pós-Textuais

Slide 5

Paginação

- A numeração começa a ser contada a partir da primeira folha depois da capa, mas exibida apenas quando iniciado os elementos textuais.
- Algumas páginas são obrigatórias, outras não. A tabela a seguir ajuda a entender quais páginas são numeradas e quais são obrigatórias.

Slide 6

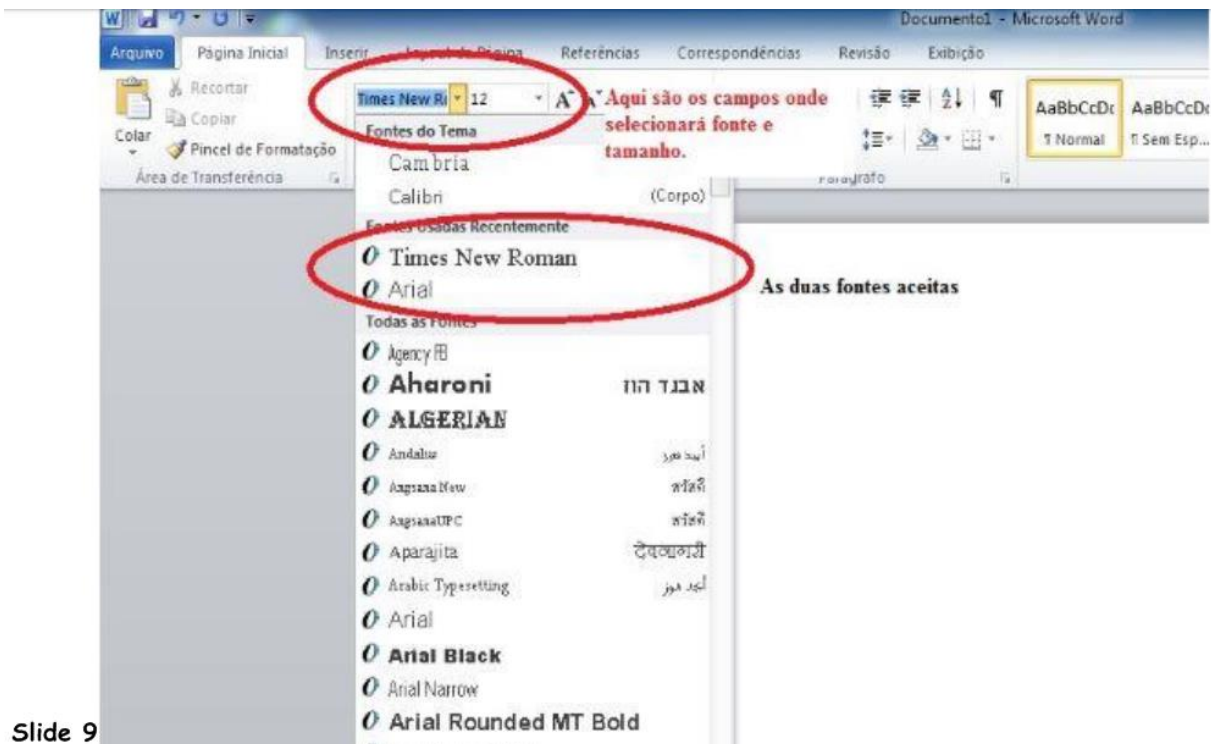
Estrutura	Elementos	Obrigatória	Contada/Numerada	
Pré-textuais	Capa	SIM	Não contada.	Folha de rosto
	Lombada	NÃO	Não contada.	
		SIM	Contada, não numerada.	
	Errata	NÃO	Contada, não numerada.	Dedicatória
	Folha de aprovação	SIM	Contada, não numerada.	
		NÃO	Contada, não numerada.	
	Agradecimentos	NÃO	Contada, não numerada.	
	Epígrafe	NÃO	Contada, não numerada.	
	Resumo	SIM	Contada, não numerada.	
	Resumo na língua estrangeira	SIM	Contada, não numerada.	
	Listas	NÃO	Contada, não numerada.	
	Sumário	SIM	Numerada.	

Slide 7

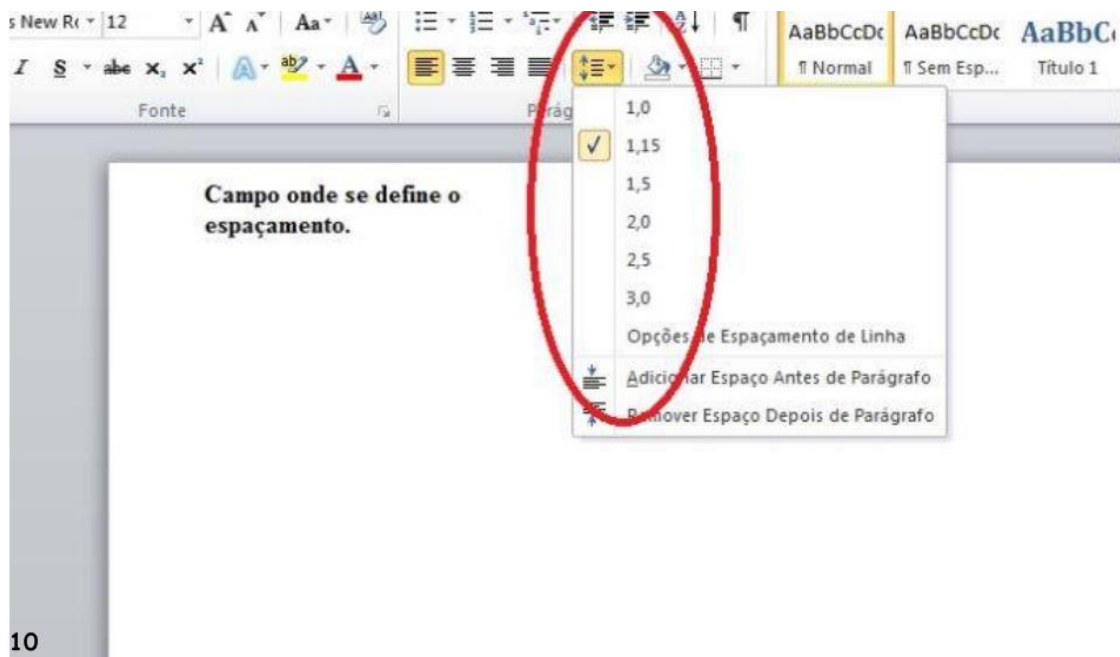
		Listas	NÃO	Contada, não numerada.
		Sumário	SIM	Numerada.
	Textuais	Introdução	SIM	Numerada.
		Desenvolvimento	SIM	Numerada.
		Conclusão	SIM	Numerada.
	Pós-textuais	Referências	SIM	Numerada.
		Glossário	NÃO	Numerada.
		Apêndices	NÃO	Numerada.
		Anexos	NÃO	Numerada.
		Índices	NÃO	Numerada.

Configurações:

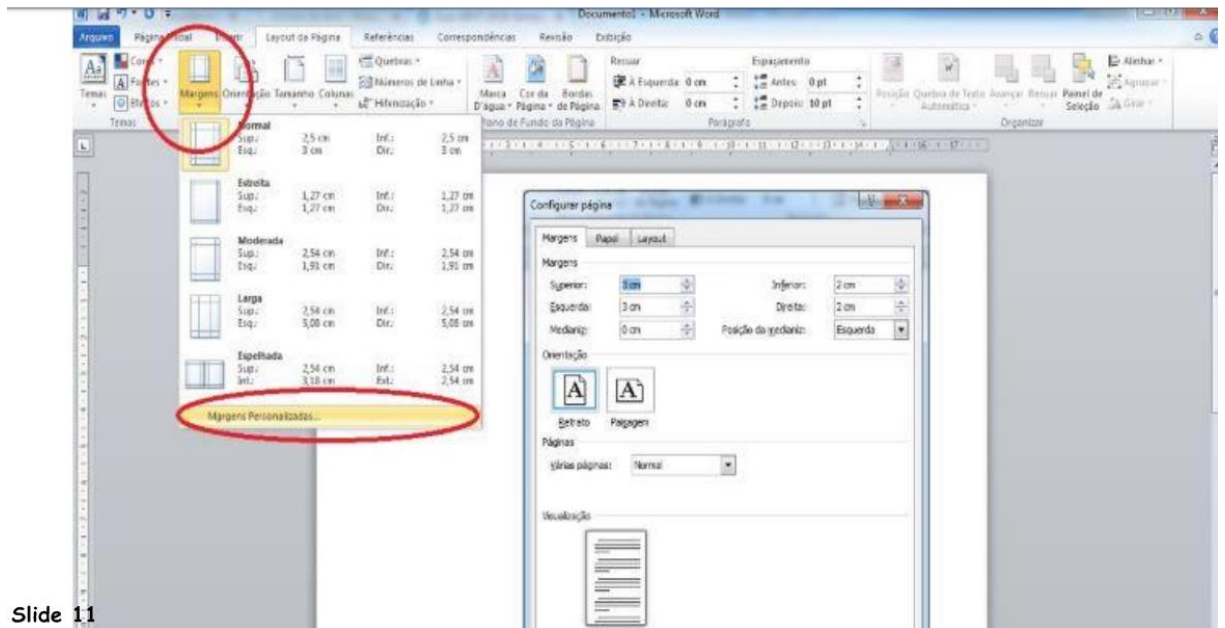
Slide 8



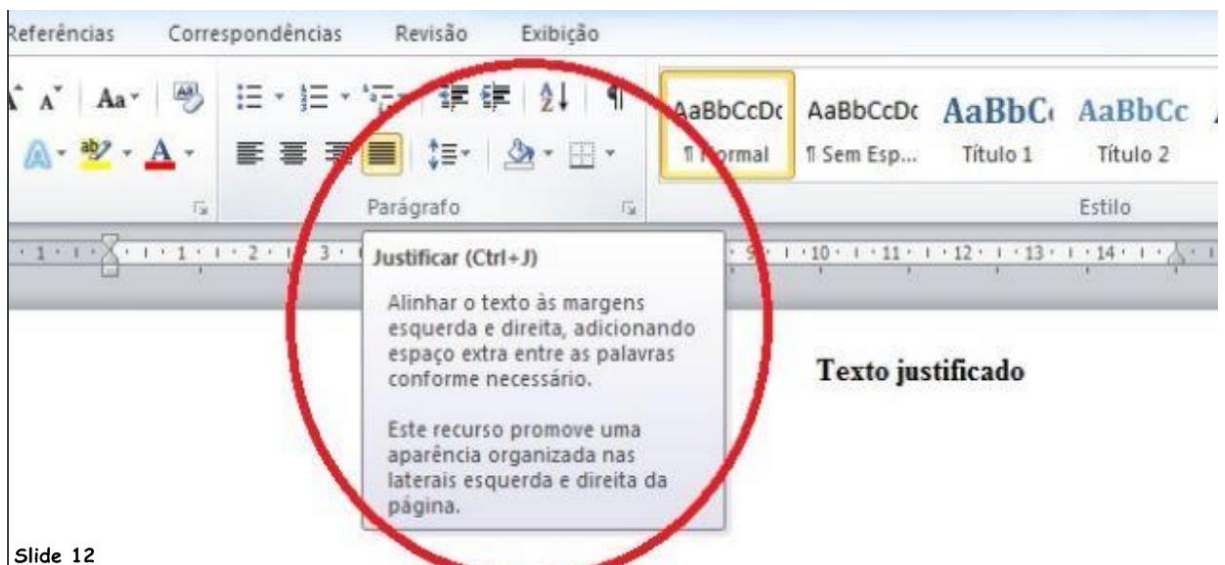
Slide 9



Slide 10



Slide 11



Slide 12

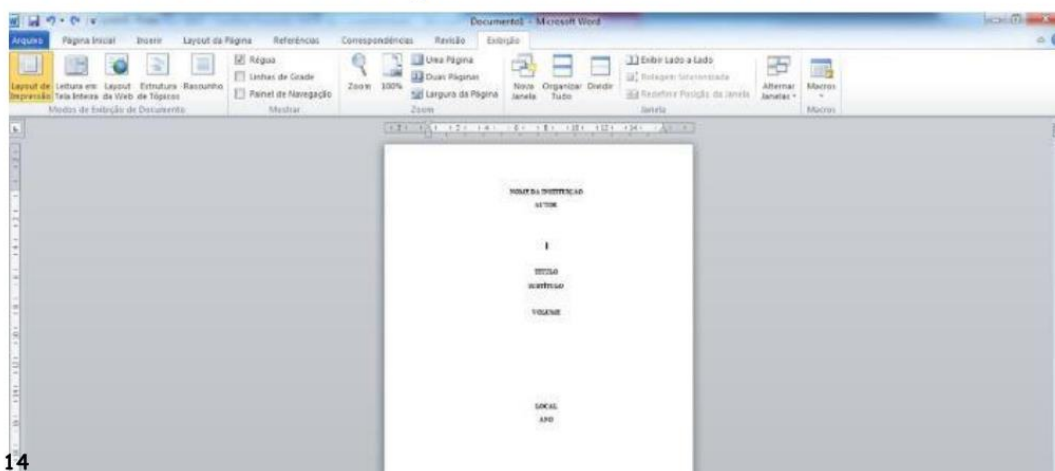
Capa:

Os itens que devem constar na capa são:

- Nome da instituição (opcional);
- Nome do autor;
- Título;
- Subtítulo (caso tenha);
- Número do volume (caso tenha mais de um volume, nesses casos é preciso especificar em cada capa a qual volume ela pertence);
- Local;

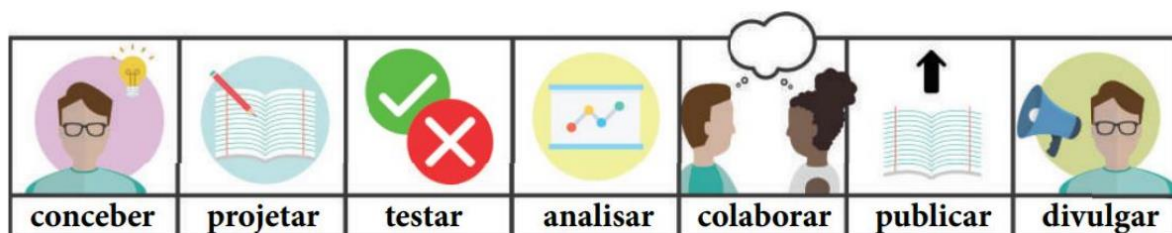
Slide 13 • Ano.

- Na capa o tamanho da fonte pode ser alterado, assim como pode ser colocado o texto em negrito. O texto é centralizado.



Slide 14

Comunicação do conhecimento científico



Slide 15

Ética no ambiente acadêmico

Existem três documentos referentes à regulação desse tema e que são de suma importância para o seu conhecimento como futuro pesquisador:

- a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu Artigo 27, Item 2, que estabelece que “todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor”;
- a Constituição Federal brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, que, em seu Cap. I, Art. 5º, dispõe sobre a proteção ao direito do autor e aos direitos e deveres individuais e coletivos; e
- a Lei do Direito Autoral, no. 9.610/98, que ainda se encontra em vigor no Brasil.

Slide 16

Apresentar justificativa do projeto

- Definir o que pretende investigar (tema de pesquisa);
- Apresentar as justificativas (relevância) da escolha do tema;
- Explicar qual a relação do tema de pesquisa com uma ou mais linhas de pesquisa definidas pelo Programa

Slide 17

Definir o Problema de Pesquisa

- Problematizar o tema – definir uma situação-problema que justifique o desenvolvimento da pesquisa, utilizando a técnica de problematização (isto é, elaborando uma questão de pesquisa); e
- Definir hipótese(s) ou pressuposto(s) da pesquisa com base no problema identificado.

Slide 18

Definir os objetivos

- Objetivo(s) geral(is)
- Objetivos específicos

Slide 19

Definir as bases teóricas que irão orientar a pesquisa

- Selecionar alguns autores básicos que poderão ajudá-lo a organizar sua base teórica.

Slide 20

Definir as metodologias com as quais pretende desenvolver a pesquisa

- Escolher o tipo e abordagem da pesquisa
- Definir os objetivos da pesquisa
- Escolher os procedimentos metodológicos
- Definir os recursos para proceder à sistematização e análise dos dados

Slide 21

Em seguida, o roteiro:

Reforço	Narração
	Olá cursista! Tudo bom? Então, nessa segunda parte da vídeo-aula sobre escrita acadêmica vamos à parte mais prática, daquelas regrinhas que são exigidas pela ABNT, sabe? Para isso, vamos pegar esse texto, extraído de uma monografia. Porém, vocês perceberam algo estranho, né? Ele tá todo fora dos padrões da ABNT! Então vamos corrigi-lo juntos, passo-a-passo, a seguir. Vamos começar pelo formato da página. De acordo com as normas da ABNT, as margens de todas as páginas do seu trabalho precisa ter a seguinte formatação: 3 centímetros na margem superior 3 centímetros à esquerda 2 centímetros na margem inferior 2 centímetros à direita Então vamos, dentro do Word, na aba de layout da página – margens – margens personalizadas. Ao abrir uma nova pequena janela, vocês poderão salvar essas margens novas para futuros trabalhos. Bom, outro detalhe bem simples é a questão da fonte. Na página inicial, novamente, você vai selecionar todo o seu texto fora de padrão e escolher a fonte ARIAL ou TIMES NEW ROMAN, de tamanho 12 para o corpo do seu texto. Ah, e não esqueça, o texto precisa sempre ser

	JUSTIFICADO e o espaçamento, como vocês estão acompanhando pelo meu cursor, é de 1,5 centímetros. Quando você passar para um novo parágrafo, basta clicar com o botão esquerdo e clicar em PARÁGRAFO. Dentro da nova janela, na parte de RECUO ESPECIAL, clicar e acionar a opção PRIMEIRA LINHA depois clicar em OK. Em frente, colocamos o recuo do parágrafo de 1,5 centímetros também. Agora, vamos aos detalhes mais maçantes, como as citações. Existem dois tipos de citação, a dentro do corpo do texto e fora do corpo do texto. Aqui vemos o exemplo de uma citação dentro do corpo do texto, com a formatação correta de referencial: AUTOR + ANO DE PUBLICAÇÃO, o último entre parênteses e a citação entre aspas. Para colocar a citação dentro do texto, ela precisa ter, no máximo, 3 linhas. Para citações de mais de 3 linhas, nós recuamos a citação inteira. Novamente clicamos no início da citação com botão esquerdo e clicamos em PARÁGRAFO, e na parte de RECUO à ESQUERDA colocamos apenas 4 centímetros, e clicamos em OK. Por fim, esse tipo de citação deve ter a fonte em TAMANHO 10 e ESPAÇAMENTO SIMPLES, de 1 centímetro. Veja, aqui no exemplo, outra forma de citar o autor: AUTOR EM MAIÚSCULO + ANO DE PUBLICAÇÃO, tudo entre parênteses. Para esse tipo de citação, não usamos aspas. Ah, e outro detalhe interessante! Aqui, o autor usou o APUD. O APUD é usado quando estamos citando um autor que foi citado dentro da obra do autor que você está lendo. Nesse caso, Jeandot citou Copland em sua obra, e a autora copiou essa citação na íntegra, o que fez necessário o uso do APUD. Por fim, vamos exemplificar alguns casos mais utilizados de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, de quando citamos um AUTOR, EVENTO ACADÊMICO, PERÍODICO, CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, DICIONÁRIO, JORNAL, DECRETO OU LEI, ENDEREÇO ELETRÔNICO, TRABALHO ACADÊMICO e LIVRO. Uma dica da professora: organizar, em ordem alfabética e em tópicos. A formatação base para uma referência bibliográfica é: Sobrenome do autor, em maiúsculo – restante do seu nome em ordem normal – título da obra em negrito – informações de publicação, editora, local, ano e número de páginas. Espero que esse tutorial tenha esclarecido suas dúvidas, não hesite em rever e pausar em partes que necessitem maior atenção! Até mais.
--	---

8. AVALIAÇÃO DE SOLUÇÃO

Foi aplicado um questionário de cunho qualitativo aos seis condenados da APAC, dentre os quais um se encontra no regime semiaberto e os outros cinco, no regime fechado. Ao sermos informados que os indivíduos em privação de liberdade já usufruem de tecnologias de informação e comunicação, voltamos-nos para descobrir como é a relação dos detentos com a EAD, sendo que todos eles fazem ensino superior a distância.

No QUESTIONÁRIO 1, o indivíduo se encontra na faixa etária de 30-40 anos e faz o curso de engenharia ambiental, na UNIFRAN. Quanto a sua experiência pessoal com o EAD, este descreveu como uma “experiência [experiência] nova”, e que “no início [início] pensei que seria mais difícil [difícil,] mas com dedicação e esforço esta [está] sendo fácil”. O custo do curso é arcado pelo próprio detento, e ele vê algumas dificuldades mas na maioria das vezes “as pesquisa [pesquisas]” nos recursos tecnológicos dispostos na APAC “supre a nossa necessidade [necessidade]”. Ele percebe que há monitoramento e restrições *online*, e que essa limitação o prejudica, “pois ficamos preso a uma barreira [barreira] por ser monitorado”. Os materiais de estudo que mais utiliza são obtidos “Através [através] das vídeos aula [vídeo-aulas] da plataforma de estudos e das apostilas”. Definiu seu ambiente de estudo como “Bom”, e que os horários, salas e equipamentos são satisfatórios e ele não se sente defasado. A motivação para sua escolha de um EAD se deu pois “O ensino [ensino] a distância hoje na circunstância [circunstância] que me encontro é o mais favorável [favorável,] mais [mas] pretendo fazer uma faculdade presencial no futuro mais próximo [próximo]”.

No QUESTIONÁRIO 2, o indivíduo se encontra na faixa etária de 20-30 anos e cursa Processos Gerenciais na UNIFRAN – Cruzeiro do Norte. Ele explica que o curso “É muito bom, está melhor do que eu esperava, e eu gosto muito, e achei tão simples.” Quanto ao custeio, ele mesmo arca através do artesanato de biquínis. Quanto aos recursos tecnológicos, ele citou “Google, mas na matemática não é suficientes [suficiente]”. Ele percebe que “existe restrição, posso acessar somente conteúdo da faculdade”, mas ele não se sente prejudicado. E “Além dos (recursos) digitais, uso caderno, caneta e apostilas”. Quanto aos estudos, “O ambiente é bom, o horário também, a sala, tudo é favorável”. E atribuiu a sua situação de privação à liberdade por cursar uma EAD.

No QUESTIONÁRIO 3, o indivíduo se encontra na faixa etária de 30-40 anos e cursa, também, Processo Gerencial na UNIFRAN. Ele define o curso a distância como “bom, mas tenho muita dificuldade na matéria de matemática”. O custeio do curso se dá pela “ajuda

da [...] mãe”, e ele possui “um pouco de dificuldade, por não ter habilidade [habilidade] com o computador”. Ele percebe que há monitoramento e restrições online, mas considera o ambiente de estudo “Um ambiente bom[,] não me sinto defasado de maneira nenhuma”. E a escolha ao EAD se deu “Pois estou pegando uma pena por isso escolhi essa oportunidade”.

No QUESTIONÁRIO 4, o indivíduo em situação de privação de liberdade faz parte da faixa etária de 20-30 anos, e cursa Processo Gerencial, também na UNIFRAN. De acordo com sua resposta, “Prá [para] mim foi é Tá sendo [tem sido] muito Bom,pois [bom, pois] esta [está] abrindo [um] novo horizonte na minha formação,é [, e] no meu geito [jeito] de pensar”. Os custos do curso à distância é arcado pelo cidadão, que tem ajuda da irmã. Ele escreveu que “Sim[,] tenho um pouco de dificuldade na hora de pesquisar” e que “Sim, somos todos monitorado [monitorados]”. Nos momentos de pesquisa, a limitação do acesso poder ser que o prejudica: “Sim ou não, depende do sites [site]”. Ele exclama “Sim preciso de mais!” quanto à infraestrutura, horário e salas de seu ambiente de estudo. Quanto à escolha de um EAD, se deu “Por que [porque] no lugar que estou, ou curso a [à] distância é o melhor”.

No QUESTIONÁRIO 5, o indivíduo se encontra na faixa etária de 30-40 anos, e faz o curso de Administração na FEAD. Sua experiência foi descrita como “Tem sendo [sido] muito boa. É bem mais difício [difícil] que eu imaginava, pois a esplicação [explicação] do professor ajuda muito”. Ele conta que ganhou uma bolsa integral da faculdade. Os recursos tecnológicos que mais usa são a plataforma de pesquisa “Google e vídeo-aulas[,] até então eles tem sido suficientes”. Ele descreve que não há monitoramento ou restrição quando acessa à internet. Os materiais a sua disposição são “Apostilas, tirando copia [cópia] das aulas”, e descreve “os materiais são satisfatório [satisfatórios]”. O motivo da sua escolha do EAD “Foi por causa da condição que eu me encontro”.

No QUESTIONÁRIO 6, o indivíduo se encontra na faixa etária de mais de 50 anos e cursa Pedagogia, na UNIFRAN. Ele relata que “Tem gostado do curso, porém, penso em migrar. Vejo pouca possibilidade, no futuro próximo, em inserir-me no mercado de trabalho.” Os custos de sua faculdade são pagos pelo próprio detento. Quanto aos seus recursos tecnológicos de informação e comunicação, ele se vê disposto de “Plataforma de ensino. As vídeo-aulas, não gosto muito, pois sinto os professores inseguros e acanhados. Faltam-lhes técnicas. São enfadonhos. Optei por não assistir. Sirvo-me também da busca *online*”. Quanto às restrições, “Pelo fato de cumprir-mos [cumprirmos] pena na Apac, somos monitorados e o uso é restrito. Apenas a plataforma de ensino e o Google. Nada mais.” Já

com relação aos materiais de estudo, “Sirvo-me das apostilas impressas, fornecidas pela Faculdade e algum livro que, eventualmente, possa existir em nossa biblioteca”. O seu ambiente de estudo é descrito como “A internet é regular em sala de aula. Frequento o turno diurno. Julgo a sala adequada. Às vezes sou interrompido quando há necessidade de alguma reforma, etc, como ocorreu nos últimos dias. Há aproximadamente 8 dias que não acesso o curso”. E a motivação de sua escolha ao EAD se deu “Devido às circunstâncias. Encontro-me num presídio diferenciado”.

9. CONCLUSÃO

A partir das análises feitas tanto da entrevista com o coordenador da APAC quanto dos questionários aplicados para os indivíduos em situação de privação de liberdade, podemos apreender que o apesar das restrições que eles possuem em relação ao acesso *online*, pois existem normas que o sistema penal possui na qual eles precisam seguir, eles não negam a importância e necessidade de desenvolvimento e aprofundamento intelectual como ferramenta de mudança social. Aliás, são gratos pela oportunidade que, na visão deles, somente a EAD pode fornecer, apesar de suas limitações e possibilidades de melhoramento. Daí surge a necessidade em ter uma maior flexibilização em relação ao uso da internet para se orientar sobre os conteúdos em geral, com monitoração. A ideia de ajudar os presidiários com a vídeo-aula, levando em consideração o uso das TICS, teve como objetivo de ser um suporte e uma proposição, servindo também como um ambiente alternativo para proporcionar maior acesso aos alunos da APAC à informação. Após o processo de construção da vídeo-aula, e a consolidação do mesmo, verificamos que vai ser útil não só para os detentos mas também para instituições que possuem dificuldade na educação em sistemas carcerários.

A educação pública e de qualidade é direito de todo cidadão, inclusive dos que vivem em situação de privação de liberdade e ainda que tenham cometido algum delito, merecem serem tratados com dignidade e respeito. Nesse contexto cresce a importância da adoção de políticas que efetivamente promovam a recuperação do detento no convívio social e tendo por ferramenta básica a Lei de Execução Penal e seus dois eixos: punir e ressocializar esses indivíduos com justiça, humanização e não priorizando a funcionalidade da profissionalização. A educação e a EJA, nos moldes e parâmetros de políticas nacionais, tem como seu patrono Paulo Freire que defende uma educação libertadora e não opressora – a qual não poderia fazer mais sentido para essa parcela da comunidade.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Rafael Damasceno de. **As Prisões e o direito Penitenciário no Brasil.** Histórico das prisões no Brasil, histórico das Leis De Execuções Penais, aspectos e finalidades da atual Lei De Execução Penal Brasileira. **DIREITO PENAL** | 31/MAI/2007. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3482/As-prisoas-e-o-direito-penitenciario-no-Brasil>>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- CARREIRA, Denise & CARNEIRO, Suelaine. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação:** Educação Nas Prisões Brasileiras. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009. 116 p.
- CORENZA, Marcelo de Souza; MAGALHÃES, Maria da Glória de Oliveira; MASSON, Máximo Augusto Campos. **Educação Prisional, objetivos, interesses, práticas e campos de saber.** Um estudo sobre as trajetórias recentes das iniciativas educacionais em sistemas prisionais. [S.l]. [s.n]. 2011. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAxn4AH/educacao-prisional-objetivos-interesses-praticas-campos-saber>>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis. Vozes. 1987. 288p
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade:** desafios para a política de reinserção social. *Revista de educação de jovens e adultos*, v. 2, n. 1, p. 1-116, abr. 2008.
- RUSCHE, R. J. (Org). **Educação de adultos presos:** uma proposta metodológica. São Paulo: Funap, 1995.
- SANTOS, Silvio dos. A educação escolar na prisão sob a ótica de detentos. In: ONOFRE, Camarosano Elenice Maria (Org.). **Educação escolar atrás das grades.** São Paulo: EdUFSCar. 2007.
- SANTOS, Sintia Menezes. **RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO.** Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13522-13523-1-PB.pdf>>> Acesso em 21 abr. 2019.
- SCARFÓ, Francisco José. **O direito à educação nas prisões: abordagem situacional.** Contribuições para a reflexão sobre a educação como um direito humano no contexto da prisão. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 7, n. 1, maio 2013. Artigos. ISSN 1982-7199.